

**LEITURAS COMPLEMENTARES**  
**CADERNO 5**

## TEXTO 01

### PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E A EDUCAÇÃO FISCAL NA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

O projeto pedagógico vem tomando corpo no discurso oficial das instituições de ensino, com destaque na legislação educacional (LDBEN nº 9394/96, artigo 12, inciso I). Baffi (2002) afirma que vivemos na época da “*cultura do projeto*”, da qual a atitude intencional e sistemática de solucionar problemas e construir conhecimento é a principal característica. Entendemos, portanto, que o projeto pedagógico é um instrumento possível de ação e transformação da realidade.

É essencial considerar a realidade da comunidade local e as reais condições da escola, bem como as causas de seus sucessos e insucessos, a fim de que se torne possível propor alternativas coletivas e trabalho conjunto.

O Projeto Pedagógico da escola, comumente conhecido como Projeto Político-Pedagógico (PPP), é um instrumento de formalização das intenções e planejamentos da escola.

Para ser efetivo e factível, deve ser construído e vivenciado por todos os envolvidos com o processo educativo da escola. Representa uma ação intencional e um compromisso definido coletivamente, que se relaciona em duas dimensões: **a política**, porque articula o compromisso sociopolítico aos interesses da comunidade e a **pedagógica**, pois reside na possibilidade de se efetivar a ação educativa que norteará a formação do cidadão.

Ambas as dimensões relacionam-se e determinam-se mutuamente. Nesse sentido, a construção do PPP é um processo permanente de reflexão e discussão de problemas escolares, na busca de alternativas viáveis a efetivação de sua intencionalidade. Esse debate, promovido pelo encontro coletivo dos profissionais com a comunidade, propicia a vivência democrática necessária para a participação de todos os membros da comunidade escolar em busca de garantir a cada integrante o exercício da cidadania.

Esse projeto perpassa por dois níveis de ação: a escola como um todo e a sala de aula (compreendida para além dos muros da escola), como um amplo espaço de ação social.

Para construir o seu PPP, a escola deve exercitar o trabalho coletivo e ter autonomia de definir seus interesses e estratégias de ação educacional, ou seja, basear-se em referenciais conceituais e estar comprometida em solucionar problemas educativos e de ensino.

A abordagem do PPP fundamenta-se em alguns princípios que norteiam a escola democrática, pública e gratuita: “igualdade” de condições para acesso e permanência na escola; “qualidade” de ensino para todos; “gestão democrática”, que inclui a ampla participação dos representantes dos diferentes segmentos da escola nas decisões/ações administrativo-pedagógicas ali desenvolvidas; “autonomia” de atuação; e, a “valorização do magistério” que objetiva a formação inicial, a formação continuada, melhores condições de trabalho e remuneração decente.

Portanto, o PPP deve ser marcado por algumas características:

- a) Deve ser discutido e definido pelo maior número possível de pessoas envolvidas na escola, tanto profissionais como comunidade;
- b) Deve exprimir os objetivos, finalidades, estratégias de ensino, temas priorizados, cronograma e responsabilidades pelas atividades propostas e prever um processo avaliativo dele mesmo como resultado do pensar coletivo da escola;
- c) Deve ser avaliado e reformulado sistematicamente, quando isso se fizer necessário.

Para a Educação Fiscal, o PPP do estabelecimento de ensino representa uma importante estratégia de inserção na escola, uma vez que configura uma possibilidade de gestão compartilhada e assumida por todos nela envolvidos, pois favorece a compreensão do PNEF, e sua assunção pela escola como um tema norteador de suas ações.

## TEXTO 02

### **EDUCAÇÃO FISCAL E CURRÍCULO: UMA CONSTRUÇÃO POSSÍVEL**

Atualmente, espera-se das escolas práticas educacionais comprometidas com a construção da cidadania e que, conforme as leis que orientam a educação em nosso país, possibilitem ao indivíduo conhecer e intervir em sua realidade socioeconômica, política cultural e ambiental. O ensino, na contemporaneidade, deve se caracterizar menos pela transmissão de informações e mais pela formação de atitudes e valores necessários à vida humana.

Nessa perspectiva, insere-se a Educação Fiscal, uma prática educacional relativamente nova, que trata das relações Estado e sociedade no que diz respeito principalmente à alocação, gestão e aplicação dos recursos públicos, com ênfase na função socioeconômica dos tributos e voltada para a compreensão da cidadania como participação social e política e de exercício de direitos e deveres.

Diz-se de uma prática educacional relativamente nova, mas não se pode deixar de mencionar a relação com o primeiro projeto de ensino público do nosso país, de 1826, que já demonstrava preocupações com a cidadania, pois previa que o aluno deveria ter conhecimentos morais, cívicos e econômicos, que não deixam de ser também objetos de estudo da Educação Fiscal, porém sem o caráter normatizador e doutrinário, característicos da abordagem moralista da época.

Apesar de termos “ultrapassado” essa tendência moralista que inspirou muitas práticas pedagógicas no Brasil, ainda temos um caminho a percorrer, em especial no que se refere ao ensino dos conteúdos de Educação Fiscal, para que o aluno possa apropriar-se desses conteúdos, legitimando esses valores em suas ações cotidianas.

Datam das décadas de 1960 e 1970 as primeiras ideias de Educação Fiscal sistematizadas e concretizadas no Brasil em forma de programas educativos, instituídos pelo Ministério da Fazenda, sobre tributos federais e seu retorno social (MOTA, 2009). Contudo, passados mais de 40 anos dessas primeiras experiências, o que se observa na maioria das escolas são ações pontuais, que não constam nos currículos, tampouco nos projetos políticos pedagógicos das instituições de ensino. Tornam-se atividades aleatórias e abstratas porque não são desenvolvidas de forma sistemática ou planejadas com intencionalidade, nem se busca compreendê-la como tema presente no cotidiano de cada um, porém, como nos demais conteúdos e áreas de conhecimento, não se pode prescindir da reflexão e da experiência, para evitar, como sugerem os PCN que os alunos apenas ouçam, repitam e esqueçam.

A Educação Fiscal precisa ter sentido e ser fruto da experiência concreta, deve ser trabalhada de forma que seus conteúdos permitam aos

alunos ter uma compreensão da realidade e da sua condição de sujeito histórico. Para tanto, faz-se necessário que seja “incorporada” às diferentes áreas do conhecimento, facilitando um trabalho contínuo e integrado aos demais conteúdos dos componentes curriculares. Não se deve, portanto, compartimentar e isolar os conteúdos de Educação Fiscal, tampouco inseri-los aos currículos sem respeitar as especificidades de cada área.

Esse trabalho requer dos professores e equipes escolares, além de conhecimentos específicos sobre o assunto, mais diálogo e atitudes de cooperação, planejamento individual e coletivo para se definir o que, quando e de que forma cada professor irá desenvolver essa temática dentro de sua área específica de atuação.

O aluno tem papel ativo nesse processo e por isso deve ter clareza do trabalho a ser realizado, dos objetivos que se pretendem alcançar e do que se espera de cada um. Essa cumplicidade contribui para o envolvimento responsável dos alunos nas atividades propostas pelo professor. Os conteúdos de Educação Fiscal podem e devem ser desenvolvidos, de forma transversal e interdisciplinar em todos os níveis e modalidades de ensino, diferenciando apenas a profundidade, abrangência e a metodologia de trabalho.

### **Metodologias e estratégias para o trabalho com Educação Fiscal**

Para que os conteúdos da Educação Fiscal, de fato, tenham sentido na vida das pessoas e sejam frutos da experiência concreta, faz-se necessário criar oportunidades de aprendizagem a partir de situações vivenciadas pelo aluno no ambiente escolar, familiar e social mais amplo, ou seja, do local para o global. Deve-se buscar uma postura mais reflexiva dos alunos para que estes se compreendam como sujeitos que constroem e reconstróem a sociedade, inclusive financiando todos os bens e serviços que são disponibilizados à população. É necessário que se sintam fazendo parte de um processo mais amplo que exige cumprimentos de regras e atitude proativa para saber utilizar bem os seus direitos e cumprir bem com seus deveres, visto que as posturas individuais, positivas ou negativas, causam impactos, trazem consequências também negativas ou positivas para a sociedade.

Há muitas formas de aproximar os conteúdos de Educação Fiscal da vivência dos alunos, ou seja, de contextualizá-los. Para dar um sentido mais prático a determinados conteúdos de Educação Fiscal pode-se explorar os recursos que chegam à escola, como por exemplo, o Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE, dinheiro da cantina, quando houver, recursos oriundos da Associação de Pais e Mestres - APMs, na qual se pode promover uma discussão para que os alunos entendam melhor a origem e a aplicabilidade desses recursos, podendo, desta forma, valorizar mais o patrimônio escolar.

Incentivar a participação dos alunos em colegiados, como exemplo grêmio estudantil, também se constitui uma boa estratégia para explorar conteúdos como ética, resiliência, cidadania, dentre outros que fazem parte do universo da Educação Fiscal.

Uma questão que se mostra fundamental para a sustentabilidade do programa diz respeito a instigar as secretarias estaduais e municipais de

educação e as outras instituições gestoras do PNEF a buscarem relações entre os inúmeros projetos e programas que realizam (municipal, estadual, federal) e a Educação Fiscal, objetivando a realização de trabalhos articulados e a otimização de recursos materiais e de tempo.

De qualquer forma, há inúmeras possibilidades de se desenvolver os conteúdos de Educação Fiscal, e compete, particularmente, ao professor eleger a estratégia que seja mais adequada à realidade de seus alunos, ao contexto que está inserido e à abordagem que pretende trabalhar.

Se for uma abordagem mais filosófica, em que os alunos são instigados a refletir sobre as várias correntes de pensamento produzidos pela filosofia ao se trabalhar questões relacionadas à ética, por exemplo, o professor pode optar por:

- Leitura de livros literários, didáticos e pedagógicos para fomentar reflexões sobre as ideias expressas nas obras, buscando interface com Educação Fiscal;
- Leitura, análise e interpretação do Código do Consumidor;
- Pesquisas bibliográficas e na internet, com estudo de texto e resumos ou resenhas do pensamento de grandes autores que abordem a temática;
- Realização de pesquisa, inclusive de campo, sobre o hábito de exigir nota fiscal e sobre fatos que geraram o sentimento de aversão aos tributos e atitudes de sonegação;
- Realização de pesquisa para identificação dos produtos mais consumidos e sua carga tributária;
- Análise de documentos fiscais para identificação dos tributos cobrados;
- Análise da realidade sociopolítica da comunidade local e elaboração, com a comunidade escolar, de um quadro demonstrativo de seus principais problemas, apresentando alternativas que possibilitem melhor qualidade de vida;
- Entrevistas às pessoas da comunidade sobre o grau de satisfação quanto à aplicação do dinheiro público no seu município. Perguntar o que cada um está fazendo para assegurar a boa aplicação dos tributos que pagamos;
- Coleta de dados relacionados à Educação Fiscal em livros, revistas, sítios, material didático do curso on-line em Educação Fiscal.
- Realizar pesquisa e levantamento do número de casas comerciais e indústrias do município/bairro ou comunidade e se essas estão regularizadas com o Fisco e emitem notas fiscais. Apresentar levantamento estatístico.

Se a opção for uma abordagem cognitivista, que privilegia a discussão em torno de questões cotidianas ou analisar fatos e situações, às vezes fictícias, o professor pode lançar mão de:

- Leitura e interpretação de filmes;

- Leitura e análise de depoimentos vivos;
- Leitura de histórias associadas à questão dos tributos e outras temáticas da Educação Fiscal;
- Acompanhamento e controle dos recursos/fontes a serem aplicados: orçamento escolar/ familiar;
- Produções teatrais pelos alunos com análise e reflexão;
- Produção de paródias sobre Educação Fiscal;
- Mesas de debates com participações especiais de agentes públicos e dos alunos;
- Visitas às instituições públicas para melhor conhecer o trabalho realizado no município, retorno social dos tributos;
- Aulas-passeio acompanhadas de discussões sobre situações vivenciadas e realidade local;
- Desenvolvimento de projetos de intervenção em situações indesejadas verificadas pelos alunos;
- Produção de documentários com diferentes propósitos;
- Estudos dirigidos com defesa de ideias em grupo;
- Seminários, debates em grupo sobre a aplicação dos recursos públicos, inclusive da escola, como exemplo, o Fundo Rotativo, recursos do PDDE;
- Criação do Orçamento Participativo Criança;
- Discussão e criação do OCA - Orçamento Criança e Adolescente.

Caso seja uma abordagem mais afetivista, em que por meio de técnicas psicológicas o aluno é estimulado a falar de questões concretas e acontecimentos de suas próprias vidas, ou da vida da comunidade, pode se utilizar:

- Produções de histórias em quadrinhos e outros gêneros para expor sentimentos e acontecimentos marcantes na comunidade;
- Leitura e reflexão sobre imagens para aguçar a sensibilidade e aflorar sentimentos;
- Leitura e análise de obras de arte, buscando associá-las às situações cotidianas do aluno, e releitura por meio da interpretação plástica.

É importante que todo o conhecimento produzido nos mais diversos espaços de produção ocupados por alunos, professores, pais e comunidade na busca de conhecer os pressupostos da Educação Fiscal e assim conhecer melhor a própria realidade e a realidade sociopolítica da comunidade local, seja colocado à disposição da sociedade como estratégia de intervenção e modificação/transformação das situações indesejadas. Vejam abaixo algumas destas possibilidades de socialização de conhecimentos e experiências:

- Gincanas, focando tarefas relacionadas à solidariedade humana e à solução coletiva de problemas comunitários;
- Feira de cultura, com apresentações artísticas: peças de teatro, exposições fotográficas, música, dança, vídeo, sempre focalizando temas tratados pelo Programa;
- Feiras e exposições visuais e orais;

- Mostras e demonstrações;
- Passeatas da cidadania (com cartazes alusivos ao combate à sonegação e à corrupção);
- Exposições em seminários e painéis de debates;
- Simulações de sessões da Câmara de Vereadores;
- Júri simulado sobre temas polêmicos tratados no Programa;
- Implantação de projetos debatidos e priorizados pela escola e/ou comunidade;
- Sensibilização durante festividades e eventos de relevância para a comunidade/município;
- Realização de blitz educativa como forma de expor resultados de pesquisas por meio de material informativo;
- Oficinas de produção seguidas de apresentação dos trabalhos pela escola;
- Produção de programas ou spots para veiculação em rádios e TV comunitários.

Estas são algumas possibilidades de se trabalhar com os conteúdos de Educação Fiscal numa perspectiva mais humanizada em que alunos, professores e toda a comunidade escolar e local sintam-se envolvidos e comprometidos em desenvolver formas de atuação mais responsáveis e solidárias, capazes de trazer benefícios e melhorias para sua vida e para a vida de sua comunidade.

#### Referências bibliográficas

MELO, Alessandro de; URBANETZ Terezinha Sandra. **Metodologia do Ensino Na Educação Superior** - Organização e Estratégias Pedagógicas. Curitiba: IBPEX, 2009.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Apresentação dos Temas transversais, Ética/ Secretaria de Educação Fundamental- Brasília: MEC/SEF, 1997.

LAKOMY, Maria Ana. **Teorias Cognitivas da Aprendizagem**. 2 ed. Curitiba: IPBEX, 2008.

MOTA, Luiza Ondina Santos; RIVILLAS, Borja Díaz; VILARDEBÓ, Andréa. Educação fiscal no Brasil e no Mundo. In: **UAN- Universidade Aberta do Nordeste** – Ensino à distância. Educação fiscal e cidadania. Fascículo 02. Ceará: Fundação Demócrito Rocha, 2009.